



APENSADOS

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:

(DO SR. POMPEO DE MATTOS)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Altera a Lei Federal nº 8. 069, de 13 de julho de 1990, instituindo o "trabalho educativo", aos menores de 14 a 18 anos.

DESPACHO:

11/03/2003 - (APENSE-SE A(O) PL 618/1999. )

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 20/3/03

REGIME DE TRAMITAÇÃO:

PRIORIDADE

COMISSÃO

DATA/ENTRADA

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO

INÍCIO

TÉRMINO

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr.(a) Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr.(a) Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr.(a) Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr.(a) Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr.(a) Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr.(a) Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr.(a) Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr.(a) Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº 108 DE 2003





CÂMARA DOS DEPUTADOS

108  
**Projeto de Lei Nº ... de 2003**

(Dep. Pompeo de Mattos)

Altera a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, instituindo o “trabalho educativo”, aos menores de 14 a 18 anos.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** – O art. 69 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação.

**“Art. 69 – Aos adolescentes de 14 a 18 anos, é permitido o trabalho educativo, nas seguintes condições: (NR)**

**I - Supervisão pelos Conselhos Municipais ou entidades credenciadas pelos mesmos;**

**II - horários especiais, compatíveis com horário escolar;**

**III - jornada não superior a 6 horas;**

**IV - comprovadas condições de segurança relacionada a sua condição física e mental;**

**V - prova de efetiva frequência à escola regular;**

**VI - Bolsa escolar ou ajuda de custo, compatível com o aporte de sua produção;**

**VII – seguro de saúde e acidentes.”**

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.



63BF7AC741




CÂMARA DOS DEPUTADOS

### JUSTIFICATIVA

A realidade tem demonstrado que a Lei 8. 069 – Estatuto da Criança e do Adolescente – traz algumas dificuldades à administração da condição do jovem adolescente. Ele quase sempre precisa de meios para manter-se ou para ajudar a família, mas é rejeitado pelas empresas cumpridoras da lei ou acaba empregado irregularmente por causa das dificuldades em cumprir a Lei. Nesta última hipótese, o trabalho não contribui para sua formação ao mesmo tempo que sonega-lhe os direitos da lei trabalhista.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2003.

  
**POMPEO DE MATTOS**  
DEPUTADO FEDERAL  
Vice-Líder da Bancada  
P D T

19/02/03



63BF7AC741



O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** – O art. 69 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação.

***“Art. 69 – Aos adolescentes de 14 a 18 anos, é permitido o trabalho educativo, nas seguintes condições: (NR)***

***I - Supervisão pelos Conselhos Municipais ou entidades credenciadas pelos mesmos;***

***II - horários especiais, compatíveis com horário escolar;***

***III - jornada não superior a 6 horas;***

***IV - comprovadas condições de segurança relacionada a sua condição física e mental;***

***V - prova de efetiva frequência à escola regular;***

***VI - Bolsa escolar ou ajuda de custo, compatível com o aporte de sua produção;***

***VII – seguro de saúde e acidentes.”***

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

A realidade tem demonstrado que a Lei 8. 069 – Estatuto da Criança e do Adolescente – traz algumas dificuldades à administração da condição do jovem adolescente. Ele quase sempre precisa de meios para manter-se ou para ajudar a família, mas é rejeitado pelas empresas cumpridoras da lei ou acaba empregado irregularmente por causa das dificuldades em cumprir a Lei. Nesta última hipótese, o trabalho não contribui para sua formação ao mesmo tempo que sonega-lhe os direitos da lei trabalhista.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2003.

**POMPEO DE MATTOS**

DEPUTADO FEDERAL

Vice-Líder da Bancada

P D T

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIVRO I

PARTE GERAL

.....  
.....

TÍTULO II  
Dos Direitos Fundamentais

CAPÍTULO V  
DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO

.....  
.....

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

- I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

TÍTULO III  
DA PREVENÇÃO

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

.....  
....  
.....

FIM DO DOCUMENTO





Câmara dos Deputados

## PL 108/2003

**Autor:** Pompeo de Mattos

**Data da  
Apresentação:** 19/02/2003

**Ementa:** Altera a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, instituindo o "trabalho educativo", aos menores de 14 a 18 anos.

**Forma de  
Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Despacho:** Apense-se a(o) PL 618/1999.

**Regime de  
tramitação:** Prioridade

Em 12 / 03 / 2003

JOÃO PAULO CUNHA  
Presidente